

# UTE GNA II Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021 e 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da  
UTE GNA II Geração de Energia S.A.  
Rio de Janeiro - RJ**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da UTE GNA II Geração de Energia S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UTE GNA II Geração de Energia S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfases

### Fase pré-operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 às Demonstrações Financeiras, a Companhia está em fase pré-operacional e, conseqüentemente não tem gerado fluxo de caixa para suas atividades. Portanto, os investimentos e os gastos incorridos pela Companhia estão sendo honrados por meio de suporte financeiro dos seus acionistas e partes relacionadas. As demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Saldos a pagar com partes relacionadas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 9 às Demonstrações Financeiras, o passivo circulante com partes relacionadas é majoritariamente composto por saldos a pagar à partes relacionadas que serão convertidos em Capital Social, posteriormente ao *Closing* da reestruturação societária da Companhia firmada em Novembro de 2021 e que, em 31 de dezembro de 2021 ainda depende de certas condições precedentes, previstas em contrato, para sua finalização. As demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

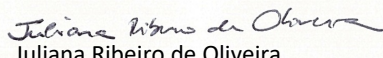
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Juliana Ribeiro de Oliveira  
CRC RJ-095335/O-0

# UTE GNA II Geração de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.321.380	3.640
Contas a receber – partes relacionadas	9	219.000	21
Despesas antecipadas	10	32.979	12.170
Impostos a recuperar	11	1.866	14
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	330	5
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>1.575.555</u></b>	<b><u>15.850</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Despesas antecipadas	10	39.170	3.901
Impostos diferidos	12	37.164	16.984
Imobilizado	13	1.145.711	24.390
Intangível	14	17	21
Direito de uso	15	175.992	-
<b>Total do não ativo circulante</b>		<b><u>1.398.054</u></b>	<b><u>45.296</u></b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>2.973.609</u></b>	<b><u>61.146</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# UTE GNA II Geração de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	16	97.806	834
Contas a pagar – partes relacionadas	9	127.171	47.650
Mútuo – partes relacionadas	9	2.373.820	-
Impostos e contribuições a recolher	17	663	611
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	-	2
Instrumentos financeiros derivativos	21	63.213	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b><u>2.662.673</u></b>	<b><u>49.097</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Contas a pagar	9	1.535	1.553
Passivos de arrendamento	15	198.369	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b><u>199.904</u></b>	<b><u>1.553</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>	18		
Capital social		219.003	3
Adiantamento para futuro aumento de capital		46.249	43.469
Ajuste de avaliação patrimonial		(65.063)	-
Prejuízos acumulados		(89.157)	(32.976)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>111.032</u></b>	<b><u>10.496</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>2.973.609</u></b>	<b><u>61.146</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# UTE GNA II Geração de Energia S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	19	(29.846)	(28.795)
Redução ao valor recuperável de ativos (" <i>Impairment</i> ") e outras perdas	8	(137)	(2)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<u>(29.983)</u>	<u>(28.797)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	20		
Receitas financeiras		10.023	79
Despesas financeiras		(56.401)	(66)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>(76.361)</u>	<u>(28.784)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	-	(2)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	20.180	16.984
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(56.181)</u>	<u>(11.802)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# UTE GNA II Geração de Energia S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(56.181)	(11.802)
Ganhos e perdas operações hedge	(65.063)	-
<b>Total outros resultados abrangentes</b>	<b><u>(121.244)</u></b>	<b><u>(11.802)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# UTE GNA II Geração de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	Capital Social		Reserva de Capital		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Integralizado	A integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital			
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>2</b>	-	<b>13.677</b>	-	-	<b>(21.174)</b>	<b>(7.495)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(11.802)	<b>(11.802)</b>
Aumento de Capital - Siemens Participações	1	-	-	-	-	-	<b>1</b>
Conversão de mútuo em AFAC – Infra	-	-	20.766	-	-	-	<b>20.766</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital - Infra	-	-	9.026	-	-	-	<b>9.026</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3</b>	-	<b>43.469</b>	-	-	<b>(32.976)</b>	<b>10.496</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(56.181)	<b>(56.181)</b>
Aumento de Capital – SPIC	-	280.000	-	-	-	-	<b>280.000</b>
Acordo de acionistas 17 de novembro de 2021	-	(61.000)	-	-	-	-	<b>(61.000)</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital - Infra	-	-	2.780	-	-	-	<b>2.780</b>
Reconhecimento de Hedge	-	-	-	-	(65.063)	-	<b>(65.063)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3</b>	<b>219.000</b>	<b>46.249</b>	-	<b>(65.063)</b>	<b>(89.157)</b>	<b>111.032</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# UTE GNA II Geração de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo antes dos impostos	(76.361)	(28.784)
<b>Itens de resultado que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação e amortização	4	1
Varição monetária	1	(34)
Juros sobre mútuo	12.646	-
Varição cambial sobre mútuo	8.258	-
Ganhos e perdas operação - swap	21.109	-
Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment") e outras perdas	137	2
<b>Resultado líquido ajustado</b>	<b>(34.206)</b>	<b>(28.815)</b>
<b>(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:</b>		
Impostos a recuperar	(1.853)	(20)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(324)	-
Despesas antecipadas	(56.078)	(6.393)
Adiantamentos	-	66
Contas a receber – partes relacionadas	(116)	4
Fornecedores	96.971	(830)
Contas a pagar – partes relacionadas	79.504	24.786
Impostos e contribuições a recolher	50	612
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais</b>	<b>83.948</b>	<b>(10.590)</b>
<b>Fluxo de caixa nas atividades de investimentos</b>		
Aquisição de bens do imobilizado	(1.097.607)	(15.686)
Aquisição de bens do intangível	-	(22)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.097.607)</b>	<b>(15.708)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital por acionista - Siemens Participações	-	1
Mútuo recebido e convertido em AFAC - Infra	-	20.766
Adiantamento para futuro aumento de capital - Infra	2.780	9.026
Mútuo recebido - GNA Infra	138.113	-
Mútuo recebido – SPIC	556.361	-
Mútuo recebido – BP Global	678.595	-
Mútuo recebido – Siemens BV	979.847	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>2.355.696</b>	<b>29.793</b>
<b>Aumento do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1.342.037</b>	<b>3.495</b>
No início do exercício	3.640	145
No fim do exercício	1.321.380	3.640
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	24.297	-
<b>Aumento do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1.342.037</b>	<b>3.495</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

A UTE GNA II Geração de Energia S.A. (“GNA II” ou “Companhia”) foi constituída em 21 de outubro de 2015 e em 8 de abril de 2019 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Companhia que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado, alterando a razão social de UTE GNA II Geração de Energia Ltda. para UTE GNA II Geração de Energia S.A. Possuía como controladoras Prumo Logística S.A. (“Prumo”) e a Gás Natural Açú S.A. (“GNA HoldCo”) até outubro de 2020. Em 25 de novembro de 2020, foi realizada a transferência das ações da GNA II que eram da Prumo para a GNA HoldCo, em seguida houve a transferência da GNA HoldCo para Gás Natural Infraestrutura S.A. (“GNA Infra”) e logo em seguida foram subscritas novas ações para a Siemens Participações S.A. (“Siemens”). Em 28 de janeiro de 2021 passou a ter como acionistas de controle em conjunto as empresas: Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. (“GNA Infra”), Siemens Participações (“Siemens”) e SPIC Brasil (“SPIC”), subsidiária da State Power Investment Corporation da China.

Em dezembro de 2017, a GNA II venceu o leilão A-6, projeto de uma termelétrica com capacidade de 1.672,6 megawatts que demandará investimentos de R\$5,6 bilhões\*, com previsão de início das operações em 1º de janeiro de 2025.

Em 20 de outubro de 2020, a diretoria da ANEEL aprovou por unanimidade:

- (i) Alterar o cronograma de implantação da UTE GNA II, de modo a concatenar com o cronograma de implantação da subestação Campos 2 – 500 kV\*, considerando o prazo de 9 (nove) meses para comissionamento da Usina;
- (ii) Concatenar os respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), de modo que o início do suprimento seja deslocado em 9 (nove) meses após a data de efetiva operação comercial da subestação Campos 2 – 500 kV\*, sendo posterior a 1º de janeiro de 2023, e assim, se postergando as datas de início e fim dos CCEARs, preservando-se o equilíbrio e o prazo de vigência contratuais;
- (iii) Vincular a obrigação de pagamento dos Encargos e Uso dos Sistemas de Transmissão (“EUST”) associados à UTE GNA II à disponibilização das instalações da subestação Campos 2;
- (iv) Limitar os períodos de concatenação de que tratam os itens (i) e (ii) a, no máximo, 9 (nove) meses após o prazo contratual de entrada em operação comercial da subestação Campos 2 - 500 kV\*, definido como 22 de março de 2024.

Em novembro de 2020, a UTE GNA II celebrou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um contrato de financiamento de longo prazo no valor de R\$ 3,930 bilhões para a construção da usina termelétrica. O contrato divide-se em 3 tranches: a primeira referente a gastos com serviços e equipamentos nacionais com juros de IPCA + 4,64%, a segunda e terceira referentes a equipamentos importados sem similar nacional com juros de IPCA + 5,45% e IPCA + 8,00%.

(\*). Informações não auditadas

Em 05 de maio de 2021, a GNA Infraestrutura realizou um mútuo para a UTE GNA II, no valor bruto de R\$ 112.034, com remuneração indexada ao CDI, a fim garantir os pagamentos decorrentes da Compensação Ambiental, referente a Licença de Instalação, e outros custos do projeto.

Em 17 de setembro de 2021, a GNA Infraestrutura e SPIC realizaram mútuos para a UTE GNA II, no valor total de R\$ 156.287, com remuneração indexada ao CDI, tendo como finalidade os pagamentos referentes à emissão do Limited Notice to Proceed do contrato EPC da Térmica.

Em 22 de setembro de 2021, a Siemens Energy Finance B.V. realizou um empréstimo para a UTE GNA II, no valor de EUR 13.700, com remuneração indexada a EURIBOR, tendo como finalidade os pagamentos referentes à emissão do Limited Notice to Proceed do contrato EPC da Térmica. Para a exposição cambial advinda deste contrato a UTE GNA II celebrou um contrato de SWAP de EUR para CDI +.

Em 17 de novembro de 2021, BP Global Investments Limited (“BPGIL”), Gás Natural Açú SA, Gás Natural Açú Infraestrutura SA (“GNA Infra”), Prumo Logística SA (“Prumo”), Siemens Energy Finance BV (“SEF”), Siemens Gas and Power Holding, BV (“SGPH”), Siemens Energy Inc., SPIC Brasil Térmicas e Participações SA (“SPIC”), UTE GNA II Geração de Energia SA (“GNA II”), e, como interveniente- anuentes, Siemens Participações Ltda. (“Siemens Par”) e UTE GNA I Geração de Energia SA firmaram o Contrato “Notice to Proceed Agreement” (“Contrato NTP”), o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outros Covenants da GNA II (“GNA II SPA”), o Contrato de Mútuo BPGIL, Contrato de Mútuo SPIC, Contrato de Empréstimo SEF (em conjunto, os “Empréstimos NTP”) e documentação acessória.

O Contrato NTP é o acordo principal que prevê regras sobre diversos assuntos relacionados à operação, com destaque para (i) a emissão, pela GNA II, do Notice to Proceed (“NTP”) no âmbito do Contrato de Engenharia, Aquisição e Construção (“Contrato EPC TPP GNA II”), celebrado entre a GNA II, Siemens Aktiengesellschaft, Andrade Gutierrez Engenharia SA e AG Construções e Serviços SA, em 21 de janeiro de 2020, conforme alterado; (ii) a execução dos Empréstimos NTP entre GNA II, por um lado, e BPGIL, SPIC e SEF, por outro; (iii) a alienação das ações GNA II detidas pela GNA Infra à BPGIL e SGPH mediante a celebração do GNA II SPA; (iv) o aditamento ao Acordo de Acionistas GNA II a ser celebrado no *Closing* do GNA II SPA; (v) a transferência das ações GNA II da Siemens Par para a SGPH, entre outros assuntos.

De acordo com o Contrato NTP, BPGIL, SPIC e SEF concederam empréstimos à GNA II para cobrir, entre outros custos, o pagamento do NTP sob o Contrato EPC TPP GNA II, antes do *Financial Closing*, e custos e despesas relacionados ao projeto GNA II.

De acordo com o GNA II SPA, na data do *Financial Closing*, a GNA Infra venderá e transferirá todas as suas ações da GNA II para SGPH e BPGIL, ou qualquer de suas afiliadas. A consumação de tal operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no contrato, tais como a aprovação das autoridades de defesa da concorrência, anuência do BNDES, entre outras.

Em conformidade com os contratos assinados em 17 de novembro de 2021, em 18 e 29 de novembro de 2021, a SPIC realizou mútuos para a UTE GNA II, no valor total de R\$ 420.000, com remuneração indexada ao CDI, tendo como finalidade os pagamentos referentes à emissão do Notice to Proceed do contrato EPC da Térmica.

Em conformidade com os contratos assinados em 17 de novembro de 2021, Em 19 de novembro de 2021, a Siemens Energy Finance B.V. realizou um empréstimo para a UTE GNA II, no valor de EUR 142.126, com remuneração indexada a EURIBOR, tendo como finalidade os pagamentos referentes à emissão do Notice to Proceed do contrato EPC da Térmica. Para a exposição cambial advinda deste contrato a UTE GNA II celebrou um contrato de SWAP de EUR para CDI +.

Em conformidade com os contratos assinados em 17 de novembro de 2021, Em 19 de novembro de 2021, a BP Global Investments Limited realizou um mútuo para a UTE GNA II, no valor de USD 122.085, com remuneração indexada ao USD LIBOR, tendo como finalidade os pagamentos referentes à emissão do Notice to Proceed do contrato EPC da Térmica. Para a exposição cambial advinda deste contrato a UTE GNA II celebrou um contrato de SWAP de USD para CDI +.

Após recebimento dos mútuos, a UTE GNA II implementou sua estratégia de Hedge a fim de cobrir 100% da exposição cambial do projeto, contratando NDFs para o curto prazo e constituindo aplicações financeiras em moeda forte a fim de garantir um Hedge Natural para os pagamentos de longo prazo.

Em novembro de 2021, após a emissão do Notice to Proceed, o Consórcio formado por Siemens e Andrade Gutierrez, responsável pelo contrato EPC da Térmica, iniciou os trabalhos de supressão vegetal e terraplanagem.

(\*) Informações não auditadas

**a) COVID-19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou que o surto de coronavírus se caracteriza como uma pandemia. As consequências da pandemia aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e há impactos diretos e indiretos, dentre eles o principal sendo um atraso face ao cronograma original. Consequentemente, o cronograma do projeto e condições comerciais com os principais fornecedores foram revisados.

No âmbito estadual e municipal, uma série de decretos estabeleceram medidas e ações de enfrentamento da pandemia de COVID-19.

A UTE GNA II implantou regimes especiais de operação para minimizar as chances de paradas totais de suas atividades, além de outras medidas para minimizar o contágio de seus colaboradores, incluindo a contratação da consultoria do Hospital Albert Einstein para conduzir as diretrizes que deveriam ser adotadas a fim de minimizar os impactos da pandemia.

Foi implantado um Comitê de Gestão de Crise envolvendo todas as empresas do Grupo GNA para identificar riscos às operações e à continuidade dos negócios, avaliar diferentes cenários e traçar planos de ação para mitigar os riscos levantados. Neste comitê foram criados 5 grupos de trabalho para focar em temas específicos:

- Segurança, Meio Ambiente e Resposta à Emergências;
- Pessoas, Saúde e Comunicação Interna;
- Mercado e Clientes;
- Finanças, Controladoria e Tesouraria; e
- Operações e Suprimentos.

Desde então há um monitoramento diário dos principais riscos levantados por cada um desses grupos, incluindo, dentre outros, impactos relacionados a:

cadeia de suprimentos e demanda por produtos ou serviços;

capacidade de honrar com os compromissos de pagamento;

risco de crédito: inadimplência ou pedidos de renegociação contratual;

capacidade da empresa de manter as operações em pleno funcionamento; e

redução de produtividade dos colaboradores e stakeholders relacionada a questões de saúde e segurança.

Diversas medidas preventivas foram e continuam sendo adotadas em cada uma das empresas do Grupo.

A administração da GNA II vem negociando com agentes financiadores para fianças bancárias, em um cenário de prosseguimento do projeto sem mudanças na continuidade do negócio.

**b) SPIC Brasil**

Em 7 de agosto de 2020, a SPIC Brasil (SPIC), subsidiária da State Power Investment Corporation da China, assinou um contrato vinculante para adquirir 33% da GNA II. O fechamento do contrato estava sujeito ao cumprimento de condições precedentes comuns a este tipo de transação as quais foram integralmente cumpridas em 28 de janeiro de 2021, data em que a SPIC assumiu uma participação acionária de 33% na GNA II, por via de subscrição de novas ações.

**c) Licenças e autorizações**

A Companhia possui licenças ambientais preliminares para até 1,7 GW em termelétrica em ciclo combinado.

<b>Descrição</b>	<b>Documento</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Vigência</b>
Licença de Instalação para Usina Termelétrica movida a gás natural, denominada UTE GNA Porto do Açú III, com capacidade instalada de 1.672,6 MW em ciclo combinado. Em 10 de novembro de 2020 fica alterado o objeto para:	AVB004488		
Instalação de Usina Termelétrica movida a gás natural, denominada UTE GNA Porto do Açú III (UTE GNA II), com capacidade instalada de 1.672,6MW em ciclo combinado, Subestação 500kV (SE UTE GNA II) e Subestação de interligação.	(Averba a LI N° IN050962)	16/01/2020	16/01/2025
Autorização Ambiental para Levantamento de fauna silvestre na região de instalação da Linha de Transmissão LT-500 kV Açú- Campos.	AA n° IN006481	21/05/2020	21/05/2022
Autorização de Supressão de Vegetação de 0,282 ha de vegetação de restinga localizada na Fazenda Saco Dantas, S/N, São João da Barr- - RJ (Complexo Industrial do Açú)	ASV n° 20339202012821	25/05/2020	25/05/2022
Licença Prévia e de Instalação para Canteiro de obras temporário em área de aproximadamente 159.000 m² (fase 3) no Parque Termelétrico da Gás Natural Açú.	LPI N° IN006749	25/06/2020	25/06/2026
Licença Prévia para a implantação de uma linha de transmissão de 500kV Açú- - Campos 2, com 37,42km de extensão e faixa de servidão de 64 metros, que visa interligar a usina termelétrica UTE GNA Porto do Açú III (Setor Especial do Porto do Açú - SEPA) à Subestação SE Campos - - 500kV. Fica incluída a condição de validade n° 26: 26-Celebrar Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), nos termos previstos na Lei Estadual n° 6.572/2013, alterada pela Lei Estadual n° 7.061/2015 e na Resolução Inea n° 127/2015, antes da eventual emissão da Licença de Instalação, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei n° 9.985, de 18.07.2000, publicada no D.O.U. de 19.07.2000. Para o efeito de compensação ambiental, deverá ser aplicado o valor correspondente a 0,36036% do valor total de investimentos para implantação do empreendimento, não incluídos no cálculo da compensação ambiental os itens previstos no parágrafo segundo do artigo 1° da Lei Estadual n° 6.572/2013	LP N° IN051729 AVB004504	05/11/2020	04/11/2025
Licença de instalação para a implantação de linha de transmissão de energia elétrica de 500 kV, com 37,4 km, entre a SE da Usina Termelétrica UTE GNA Porto do Açú III e SE Campos 2 e o manejo e transporte de fauna silvestre	LI N° IN010656	24/11/2021	24/11/2025



**d) Continuidade operacional**

O Projeto da GNA II visa a construção de uma termelétrica de ciclo combinado a gás com capacidade de 1.672,6 MW\*, além de fazer parte do desenvolvimento do chamado “Açu Gas Hub”, localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

A Companhia auferiu prejuízo no montante de R\$56.181 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$11.802 em 31 de dezembro de 2020), e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$1.087.118 (Capital circulante líquido negativo de R\$33.247 em 31 de dezembro de 2020). Em função dessa situação, a Administração avaliou se a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. A avaliação da Companhia considerou os seguintes fatores:

Em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou o acordo de acionistas que tem como finalidade regular governança da GNA II, bem como os compromissos de aporte de seus acionistas através de aumento de capital e AFAC. O acordo de acionistas foi atualizado em Janeiro de 2021 como parte do fechamento da aquisição de 33% da GNA II pela SPIC.

A Companhia obteve a aprovação do BNDES de R\$ 3,93 bilhões para a construção da termelétrica, conforme informado na nota n.º 1 Contexto operacional. Em razão dos impactos causados pela pandemia o processo de Financial Closing foi postergado. A UTE GNA II projeta o Financial Closing para o final do segundo trimestre de 2022 e o início do terceiro trimestre de 2022.

O passivo circulante é majoritariamente composto pelos mútuos que serão convertidos em Capital Social posteriormente ao Closing da reestruturação societária que ainda depende do cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme mencionado na nota 1 Contexto operacional,.

Celebração de acordos técnicos e comerciais firmados para construção e implantação do projeto da termelétrica. Estes contratos foram assinados em janeiro de 2020, e revisados posteriormente, conforme informado na nota explicativa 23:

- **Engineering, Procurement and Construction (EPC)** – Celebrado entre, de um lado, GNA II, e, do outro, Siemens Aktiengesellschaft, Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e AG Construções e Serviços S.A., em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a implantação de uma usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural, na localidade do Porto do Açu, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

- **Operação e Manutenção (O&M)** – Celebrado entre, de um lado, GNA II, e, do outro, Simens Ltda. e Siemens Energy, Inc., em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é o fornecimento de partes sobressalentes e a prestação de serviços de operação e manutenção da usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural pelo prazo de 25 anos.

- **Long Term Maintenance Program (LTMP)** – Celebrado entre, de um lado, GNA II, e, do outro, Siemens Energy, Inc., Siemens Power Generation Service Company, Ltd. e Siemens Ltda., em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a prestação de serviços de manutenção para as turbinas a gás, turbinas a vapor e geradores, bem como o fornecimento de partes e componentes relacionados, pelo prazo de 25 anos, referentes à usina termelétrica de ciclo combinado, a gás natural.

- **Sale and Purchase Agreement (SPA)** – Celebrado entre GNA II e BP Gas Marketing Limited em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a compra e venda/fornecimento de gás natural liquefeito (GNL), que será abastecido na Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (FSRU) afretada pela UTE GNA I Geração de Energia S.A. para o fornecimento de gás natural.

- **Allocation agreement (AA)** – Contrato celebrado entre BP Gas Marketing Limited, UTE GNA I Geração de Energia S.A. e GNA II em 21 de janeiro de 2020, cujo escopo é a definição de procedimentos para gestão do inventário de GNL armazenado na FSRU.

Além desses fatores, a avaliação da Administração considerou ainda o plano de negócios da Companhia, o qual foi elaborado tendo por base estudos técnicos de viabilidade que indicam, face aos contratos já firmados com receitas fixas, a plena capacidade de recuperação dos prejuízos acumulados e início da construção da termoeletrica.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base em continuidade operacional.

(\*) Informação não auditada

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 15 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 6.

## **3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justos por meio de outros resultados abrangentes.

## **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **5 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota 13** - reconhecimento de impostos de renda e contribuição social diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados.

## **6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

### **a) Instrumentos financeiros**

#### **(i) Ativos financeiros**

O ativo financeiro inclui caixa e equivalente de caixa e contas a receber entre partes relacionadas.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão - para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

#### *Classificação e Mensuração Subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) ou VJR (Valor justo por meio do resultado, com base:

no modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros;

nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro darem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

#### **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a Custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por Impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o Impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### **(ii) Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### **(iii) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

No início de relacionamentos de hedge designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

#### *Hedges de fluxo de caixa*

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes - ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

#### *Swap*

No caso dos swaps, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do swap na moeda da referência e são contabilizados no resultado do período.

## **b. Imobilizado**

### ***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, e serão deduzidos de depreciação acumulada após início das operações. Também serão reduzidos por eventuais perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui, o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

A Companhia classificará como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entrarem em operação, quando serão reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

## **c. Intangível**

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Licença de uso de Software

5 anos

**d. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de impostos de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

**e. Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

**f. Receitas e despesas financeiras**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

**g. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**h. Moeda estrangeira**

***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**i. Arrendamento**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

Esta política foi aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

**(i) Como arrendatário**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O prazo do contrato de arrendamento vigente em 2021 é:

Terreno

25 anos

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.



A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso de arrendamento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial.

## **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).

Revisão anual das normas IFRS 2018-2020.

Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).

Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).

Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

IFRS 17 Contratos de Seguros.

Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).

Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

## 8 Caixa e equivalente de caixa

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Caixa e bancos	76	15
<b>Aplicações financeiras</b>		
Aplicações financeiras (a)	75.713	3.628
Time deposits (b)	1.245.730	-
	<u><b>1.321.443</b></u>	<u><b>3.628</b></u>
	<u><b>1.321.519</b></u>	<u><b>3.643</b></u>
Provisão de perda esperada (c)	(139)	(3)
<b>Total</b>	<u><b>1.321.380</b></u>	<u><b>3.640</b></u>

- (a) O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2021 é composto por aplicações financeiras nos bancos BTG, Bradesco, Santander e Itaú, e aplicações CDB no BTG e Santander, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) Aplicação em *Time Deposit (EUR)* no Santander Luxemburgo no valor de EUR 197.149 para fins de Hedge Natural referente a exposição cambial de longo prazo dos contratos de implantação.
- (c) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de Corporate Default publicado pela S&P em 04 de abril de 2021, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de default de empresas em cada nível de rating.

O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Companhia possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2021 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações nas empresas de rating listadas acima.

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco:

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	1.321.519	0,01%	(139)

- (1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 04/04/21.

A movimentação da perda estimada no ano de 2021 foi:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	-
Adição	(2)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<u><b>(2)</b></u>
Adição	(137)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<u><b>(139)</b></u>

## 9 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação e regulamentação em vigor. O Acordo de Acionistas da Companhia estabelece diretrizes que visam assegurar que as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da GNA, com independência e transparência, de forma a prevenir situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo partes relacionadas. Além disso, o Código de Conduta da GNA estabelece regras com o objetivo de prevenir situações de conflitos de interesse envolvendo qualquer colaborador da Companhia, as quais são aplicáveis a todos os colaboradores e stakeholders da GNA.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de deliberar sobre qualquer matéria ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de transações da Companhia com seus acionistas e outras partes relacionadas, como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Ativo:</b>		
<b>Contas a receber</b>		
GNA Infra – Controlador em conjunto (a)	-	13
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	-	2
UTE GNA I – Joint venture (a)	-	6
SPIC Brasil – Controlador em conjunto (d)	219.000	-
<b>Total do ativo</b>	<u><b>219.000</b></u>	<u><b>21</b></u>
<b>Passivo:</b>		
<b>Contas a pagar</b>		
<b>Contas a pagar - transações</b>		
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	291	6.946
GNA Infra – Controlador em conjunto (a)	9	2.565
UTE GNA I – Sob controle comum (a)	2.604	38.139
Prumo Logística S.A – Controladora do acionista indireto (b) e (c)	1.535	1.548
Porto do Açú Operações S.A – Investida do acionista (b)	-	5
Siemens Aktiengesellschaft – Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é Controlador em conjunto (e)	124.267	-
	<u><b>128.706</b></u>	<u><b>49.203</b></u>
<b>Contas a pagar – mútuo</b>		
GNA Infra – Controlador em conjunto (f)	141.677	-
Siemens Energy Finance B.V. – Parte do grupo econômico da Siemens Energy Inc. a qual é acionista indireta da UTE GNA II (f)	986.704	-
BP Global Investments Limited – Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (f)	682.388	-
SPIC Brasil – Controlador em conjunto (f)	563.051	-
	<u><b>2.373.820</b></u>	<u><b>-</b></u>
<b>Total</b>	<u><b>2.502.526</b></u>	<u><b>49.203</b></u>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Contas a receber</b>		

**UTE GNA II Geração de Energia S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021 e 2020

Circulante	219.000	21
<b>Total</b>	<b>219.000</b>	<b>21</b>
<b>Contas a pagar</b>		
Circulante	2.500.991	47.650
Não circulante	1.535	1.553
<b>Total</b>	<b>2.502.526</b>	<b>49.203</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Resultado:</b>		
<b>Custos compartilhados</b>		
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	(4.236)	(2.555)
GNA Infra – Controlador em conjunto (a)	(364)	(710)
UTE GNA I – Joint Venture (a)	(24.221)	(23.906)
Prumo Logística S.A – Controladora do acionista indireto (b)	13	(7)
Porto do Açú Operações S.A – Investida do acionista (b)	5	-
	<b>(28.803)</b>	<b>(27.178)</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
SPIC Brasil – Controlador em conjunto (f)	(6.690)	-
GNA Infra – Controlador em conjunto (f)	(3.564)	-
Siemens Energy Finance B.V. – Parte do grupo econômico da Siemens Energy Inc. Acionista indireta da UTE GNA II (f)	(6.857)	-
BP Global – Controlada do acionista minoritário (f)	(3.793)	-
	<b>(20.904)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>(49.707)</b>	<b>(27.178)</b>

- (a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do grupo GNA;
- (b) Reconhecimento de despesas com pessoal e outras despesas gerais ocorridas entre UTE GNA II x Porto do Açú x Prumo;
- (c) Transferência de licença pertencente à Eneva S.A, através de aquisição pela Prumo;
- (d) Reconhecimento do direito a receber referente ao capital a integralizar da SPIC em 28 de janeiro de 2021;
- (e) Compras de equipamentos para térmica;
- (f) Mútuos realizados nos meses de maio, setembro e novembro de 2021, conforme a movimentação abaixo:

Descrição	2020	Siemens Energy B.V				2021
		Infra (*) 100% CDI	Energy B.V (*) 0,5% - 1,5% +	SPIC (*) 100% CDI	BP (*) 0,5% - 2% +USD Libor	
Recebimentos	-	138.113	979.847	556.361	678.595	2.352.916
Juros	-	3.564	1.295	6.690	1.097	12.646
Varição Cambial	-	-	5.562	-	2.696	8.258
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>141.677</b>	<b>986.704</b>	<b>563.051</b>	<b>682.388</b>	<b>2.373.820</b>

(\*) Mútuos/empréstimos realizados pelos acionistas, diretos e indiretos, conforme mencionado na nota 1 contexto operacional e vencimento condicionado ao *Financial Closing* previsto para final do segundo trimestre de 2022.

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Diretores</b>		
Gastos compartilhados com honorários de diretoria (a)	(2.261)	(1.955)
<b>Total</b>	<b><u>(2.261)</u></b>	<b><u>(1.955)</u></b>

- (a) São valores relacionados aos gastos com diretoria nas empresas GNA HoldCo, GNA Infra e UTE GNA I e que foram repassados para a Companhia.

## 10 Despesas antecipadas

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Prêmio de seguros (a)	59.250	6.502
Custo de transação (b)	12.899	9.569
<b>Total</b>	<b><u>72.149</u></b>	<b><u>16.071</u></b>
Circulante	32.979	12.170
Não circulante	39.170	3.901
<b>Total</b>	<b><u>72.149</u></b>	<b><u>16.071</u></b>

- (a) Prêmios de seguros: conforme requisito do edital do leilão ANEEL 005/2017, riscos de engenharia e responsabilidade civil obras.
- (b) Custo de transação para obtenção de financiamento de longo prazo da térmica. Os montantes são apresentados no ativo circulante até que ocorra a captação efetiva dos recursos de financiamentos, onde serão então, a partir desse momento, reclassificados para o passivo, como contas redutoras do saldo passivo dos empréstimos.

## 11 Impostos a recuperar

	2021	2020
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	1.866	14
	<u>1.866</u>	<u>14</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social ("IRPJ/CSLL")	324	5
Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar anos anteriores	6	-
<b>Total</b>	<u>2.196</u>	<u>19</u>
Circulante	2.196	19
Não Circulante	-	-
<b>Total</b>	<u>2.196</u>	<u>19</u>

## 12 Impostos diferidos

	2021	2020
Impostos diferidos ativos	37.164	16.984
<b>Total</b>	<u>37.164</u>	<u>16.984</u>

	<u>Impostos diferidos ativos</u>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	-
Despesas pré-operacionais	16.984
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>16.984</u>
Despesas pré-operacionais	20.180
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<u>37.164</u>

	2021	2020
<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>	<u>(76.361)</u>	<u>(28.784)</u>
Alíquota Imposto de Renda e Contribuição Social	34%	34%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social (base x alíquota)</b>	<u>25.963</u>	<u>9.787</u>
<b>Adições para derivar a alíquota efetiva:</b>		
Créditos fiscais não reconhecidos	(5.783)	-
IRPJ / CSLL diferidos exercícios anteriores	-	7.192
Outros	-	3
<b>Total do Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<u>20.180</u>	<u>16.982</u>
Corrente	-	(2)
Diferido	20.180	16.984
<b>Total</b>	<u>20.180</u>	<u>16.982</u>
	<b>(26,43) %</b>	<b>(59,00) %</b>

Estudos técnicos de viabilidade indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma iniciará as operações em 1º de janeiro de 2025.

## 13 Imobilizado

	Adiantamentos para formação de imobilizado (*)	Obras em andamento e equipamentos em construção (**)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	-	<b>8.704</b>	<b>8.704</b>
Adições	-	15.686	<b>15.686</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	<b>24.390</b>	<b>24.390</b>
Custo	-	24.390	<b>24.390</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	<b>24.390</b>	<b>24.390</b>
Adições (***) e (***)	1.089.933	31.388	<b>1.121.321</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.089.933</b>	<b>55.778</b>	<b>1.145.711</b>
Custo	1.089.933	55.778	<b>1.145.711</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.089.933</b>	<b>55.778</b>	<b>1.145.711</b>
<b>Taxa de depreciação</b>	-%	-%	

Não foi determinada uma taxa de depreciação, tendo em vista que os ativos ainda estão em fase de desenvolvimento.

- (\*) Adiantamento para formação de imobilizado. O saldo de adiantamentos em 31 de dezembro de 2021 é composto por adiantamentos feitos a fornecedores para futura entrega de equipamentos.
- (\*\*) Obras em andamento: O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2021 é composto por valores de licenças de implantação da UTE GNA II, termo de compromisso assumido (TCCA), capitalização de seguros e consultorias diretamente relacionadas às obras.
- (\*\*\*) Das adições ocorridas no período, o montante total de R\$ 23.714 não teve efeito de fluxos de caixa.
- (\*\*\*\*) Foram feitas capitalizações financeiras em 31 de dezembro de 2021 nos seguintes valores:

<b>Capitalizações financeiras</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesa de juros sobre arrendamento (Terreno)	17.622	-
<b>Total</b>	<b>17.622</b>	<b>-</b>
<b>Capitalizações amortizações IFRS 16</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Amortização direito de uso - Terreno	4.755	-
<b>Total</b>	<b>4.755</b>	<b>-</b>

## 14 Intangível

	<b>Licenças de software</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	-	-

Adições	22	22
Amortização	(1)	(1)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>21</b>	<b>21</b>
Custo	22	22
Amortização acumulada	(1)	(1)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>21</b>	<b>21</b>
Amortização	(4)	(4)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>17</b>	<b>17</b>
Custo	22	22
Amortização acumulada	(5)	(5)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>17</b>	<b>17</b>

## 15 Direito de uso / Passivo de arrendamento

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A movimentação no exercício de 2021 do Direito de Uso e do Passivo de Arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Terreno	Total
<b>Direito de uso</b>		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	-	-
Adições	180.747	<b>180.747</b>
Depreciação	(4.755)	<b>(4.755)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>175.992</b>	<b>175.992</b>
<b>Passivo de arrendamento</b>		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	-	-
Adições	180.747	<b>180.747</b>
Juros incorridos	17.622	<b>17.622</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>198.369</b>	<b>198.369</b>
Circulante	-	-
Não circulante	198.369	198.369

A amortização e despesa de juros relacionadas ao aluguel do terreno estão sendo capitalizadas, no montante de R\$ 22.377.

A Companhia ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxa incremental específica para o contrato conforme a seguir:



<b>Contratos</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Terreno	12,16%	-

O fluxo de pagamento dos contratos está demonstrado abaixo:

	<b>Terreno</b>
2022	-
2023	-
2024	-
a partir de 2025	784.737
<b>Total</b>	<b>784.737</b>

## 16 Fornecedores

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Fornecedores nacionais (*)	97.806	834
<b>Total</b>	<b>97.806</b>	<b>834</b>

(\*) Os principais montantes dos fornecedores nacionais são R\$ 58.718 Tokio Marine e R\$ 34.932 Consorcio Geração Açú II.

## 17 Impostos e contribuições a recolher

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Imposto sobre serviço ("ISS")	273	239
INSS terceiros	1	-
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	30	91
PIS/COFINS a recolher	300	-
PIS/COFINS/ CSLL – retenção	59	281
<b>Total</b>	<b>663</b>	<b>611</b>
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	2
<b>Total</b>	<b>663</b>	<b>613</b>
Circulante	663	613
<b>Total</b>	<b>663</b>	<b>613</b>

## 18 Patrimônio líquido

Acionistas	2021		2020	
	Quantidade de ações ordinárias	% participação	Quantidade de ações ordinárias	% participação
GNA Infra	2.001	44,89%	2.001	66,99%
Siemens	986	22,11%	986	33,01%
SPIC	1.471	33,00%	-	-
<b>Total</b>	<b>4.458</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.987</b>	<b>100,00%</b>

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$219.003, representado por 4.458 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$3, representado por 2.987 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2020). Os aportes de aumento de Capital Social, conforme descrito na nota explicativa nº 1, efetuados no período estão demonstrados conforme abaixo:

	Acionista					Capital Social
	Prumo Logística	GNA HoldCo	GNA Infra	Siemens	SPIC	
Saldo em 1º de janeiro de 2020	1	1	-	-	-	2
25/11/2020	(1)	(1)	2	1	-	1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>3</b>
28/01/2021 (i)	-	-	-	-	280.000	280.000
17/11/2021 (ii)	-	-	-	-	(61.000)	(61.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>219.000</b>	<b>219.003</b>

- (i) Em 28 de janeiro de 2021 houve a subscrição de novas ações da GNA II para a entrada da SPIC no montante de R\$ 280.000 por 33% de participação.
- (ii) Redução de Capital SPIC - Acordo celebrado em 17 de novembro de 2021, onde os acionistas pactuaram que o valor da integralização passará de R\$ 280.000 para R\$ 219.000.

### b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2021, a acionista GNA Infra tem aportado na GNA II, através de Instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), o montante de R\$ 46.249. Tal instrumento é irrevogável e irretroatável, e conversível em uma quantidade de ações, respeitando-se o seu valor nominal. Os aportes de AFAC efetuados no período estão demonstrados conforme abaixo:

	Acionista				
	Prumo Logística	GNA HoldCo	GNA Infra	Siemens	AFAC
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	-	-	-	-	-
01/01/2020	6.907	6.770	-	-	<b>13.677</b>
19/11/2020	-	-	9.026	-	<b>9.026</b>
25/11/2020 (i)	(6.907)	(6.770)	13.677	-	-
25/11/2020 (ii)	-	-	1.588	-	<b>1.588</b>
25/11/2020 (iii)	-	-	19.178	-	<b>19.178</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	-	43.469	-	<b>43.469</b>
13/04/2021	-	-	2.780	-	<b>2.780</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	-	-	<b>46.249</b>	-	<b>46.249</b>

- (i) Cessão do direito de titularidade do AFAC entre Prumo, HoldCo e Infra.
- (ii) Conversão do mútuo em AFAC GNA HoldCo R\$ 1.588.
- (iii) Conversão do mútuo em AFAC GNA Infra R\$ 19.178.

**c) Dividendos**

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

## 19 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Pessoal	(24.222)	(23.875)
Despesas jurídicas	(739)	(455)
Consultoria e auditoria	(604)	(1.314)
Impostos, multas e taxas	(60)	(49)
TI e telecom	(1.837)	(1.447)
Comunicação e assuntos institucionais	(439)	(289)
Despesas ambientais e fundiárias	(1)	(6)
Viagens	(172)	(416)
Serviços administrativos	(892)	(298)
Serviços operacionais	(2)	(26)
Seguros	(158)	(240)
Depreciação e amortização	(4)	(1)
Despesas gerais e manutenção	(123)	(37)
Outros serviços de terceiros	(593)	(342)
<b>Total</b>	<b>(29.846)</b>	<b>(28.795)</b>

## 20 Resultado financeiro

	2021	2020
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre mútuos	(12.646)	-
Perda em operações de Derivativos (SWAP)	(22.447)	-
Variação cambial	(8.259)	33
IOF	(12.982)	-
Juros e multas	(62)	(96)
Despesas bancárias	(4)	(2)
Comissões e corretagens	(1)	(1)
	<b>(56.401)</b>	<b>(66)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre aplicações financeiras	8.684	79
Ganho em operações de Hedge (SWAP)	1.338	-
Juros ativos ou auferidos	1	-
	<b>10.023</b>	<b>79</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(46.378)</b>	<b>13</b>

## 21 Instrumentos Financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

### 21.1 Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de mercado.
- b. Risco de taxa de juros.
- c. Risco de crédito.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

## **Risco de mercado**

### **a. Risco cambial**

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem por objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços e moedas.

A Companhia possui instrumentos derivativos para proteção da exposição cambial do Capex, com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco flutuação cambial. Adicionalmente, a empresa possui contratos de Swap para proteger os mútuos com partes relacionadas que possuem exposição cambial, conforme mencionado no contexto operacional.

### **b. Risco de taxa de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros anuais e IPCA de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. Nos contratos que a Companhia possui não é identificado nenhum risco relevante para tal proteção, tendo em vista que obrigações atuais são de curto prazo.

### **c. Risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalente de caixa.

#### ***Risco de crédito junto a instituições financeiras***

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

<b><i>Ratings de longo prazo em escala nacional</i></b>	<b>Moody's</b>	<b>S&amp;P</b>	<b>Fitch</b>
Banco BTG Pactual	-	-	AA
Banco Bradesco	-	-	AAA
Banco ABC	AA+br	brAAA	AAA
Banco XP	-	-	AA

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalente de caixa	1.321.380	3.640

## 21.2 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos de *Non-deliverable Forwards* (NDF) e Swaps com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco flutuação cambial.

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no período.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre protegidos pagamentos a fornecedores e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente.

Tendo em vista que a companhia possui contratos de empréstimos com partes relacionadas, em USD e EUR, a Companhia realizou contratos de Swap para eliminar a alta volatilidade cambial por um índice nacional com maior estabilidade. Desta forma, a empresa eliminou suas exposições cambiais frente a estes contratos.

### ***Programa de hedge das Non-deliverable Forward – NDF e Swaps***

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia contratou operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) e Swaps para mitigar a exposição cambial originada por pagamentos denominados ao Dólar e Euro. As NDFs contratadas cobrem a exposição cambial originada dos contratos de implantação do projeto e os Swaps visam eliminar a exposição cambial referente aos contratos com partes relacionadas.

	2021	2020
Ativo		
Circulante - NDF	-	-
Circulante – Swap	1.338	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.338</b>	-
<b>Passivo</b>		
Circulante - NDF	40.766	-
Circulante – Swap	22.447	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>63.213</b>	-
Outros resultados abrangentes	<u>40.766</u>	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<u>40.766</u>	-
<b>Despesas Financeiras – Swap</b>	<b>20.447</b>	-
<b>Ganho (Perda) Hedge liquidado reconhecido no imobilizado</b>	<b>47.336</b>	-

	NDF contratada em R\$		Marcação a mercado (MTM)		Valor recebido ou pago
	2021	Vencimento (ano)	2021	2020	2021
NDF					
Termo USD	631.185	2022	(14.533)	-	10.562
Termo EUR	1.150.505	2022	(26.233)	-	36.774
<b>Líquido</b>			<b>(40.766)</b>	<b>-</b>	<b>47.336</b>

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge *accounting* e mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente.

	SWAP contratada em R\$		Marcação a mercado (MTM)	
	2021	Vencimento (ano)	2021	2020
SWAP				
Termo USD	686.538	2022	(4.325)	-
Termo EUR	993.039	2022	(7.635)	-
<b>Líquido</b>			<b>(11.960)</b>	<b>-</b>

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de Swap e mensurado a valor justo por meio do resultado.

### **Tratamento contábil dos instrumentos derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

Hedge de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado (Receita/Despesa financeira). Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para o Imobilizado em conta apropriada (Hedge liquidado) quando o item protegido for efetivamente realizado.

A Companhia documenta no início da operação de hedge accounting, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de hedge e documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de hedge são eficazes.

O valor justo dos *swaps* de moeda e taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato.

## **21.3 Análise de sensibilidade**

As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

**Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.

**Cenário II:** considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

**Cenário III:** considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição	Cenário provável	Impacto cenário (II)	Impacto cenário (III)
NDF							
Item protegido: parte de desembolso em USD	Dólar	Queda do dólar	5,8528	(631.185)	(14.533)	(168.981)	(323.049)
Item protegido: parte de desembolso em EUR	Euro	Queda do euro	6,9200	(1.150.505)	(26.233)	(308.676)	(589.286)
<b>Exposição líquida</b>				<b>(1.781.690)</b>	<b>(40.766)</b>	<b>(477.657)</b>	<b>(912.335)</b>

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição	Cenário provável	Impacto cenário (II)	Impacto cenário (III)
SWAP							
Item protegido: parte de desembolso em USD	Dólar	Queda do dólar	5,5805	(686.538)	(4.325)	-	-
Item protegido: parte de desembolso em EUR	Euro	Queda do euro	6,3238	(993.039)	(7.635)	-	-
<b>Exposição líquida</b>				<b>(1.679.577)</b>	<b>(11.960)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros nas aplicações financeiras que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (BRL) (Base 2021)	Rendimento bruto no cenário provável (BRL)	Impacto	Impacto
						cenário (II)	cenário (III)
Aplicações de renda fixa	CDI	Queda de juros	9,15%	75.713	6.927	(1.732)	(3.434)

### ***Estimativa de valor justo***

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.



Para a mensuração e determinação do valor justo dos instrumentos de derivativos, denominados *Non-Deliverable Forward* (NDF) e Swap, contratados pela UTE GNA II, utilizamos as taxas de mercado obtidas no site da B3, sendo elas (i) DI x Pré; (ii) Real x USD (iii) Real x Euro. Para esta precificação, consideramos a data de fechamento do período contábil em análise.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;

**Nível 2** - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
Caixa e equivalente de caixa	1	1.321.380	1.321.380	3.640	3.640
Contas a receber - partes relacionadas	2	219.000	219.000	21	21
<b>Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
Fornecedores	2	97.806	97.806	834	834
Contas a pagar - partes relacionadas	2	128.706	128.706	47.650	47.650
Mútuo – partes relacionadas	2	2.373.820	2.373.820	-	-

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2 durante o período findo em 31 de dezembro de 2021.

### ***Métodos e técnicas de avaliação***

A Companhia entende que valor justo de fornecedores e mútuos, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.

Para cálculo da marcação a mercado - MTM, utiliza-se a projeção da cotação da moeda contratada na NDF para a data de vencimento de acordo com a curva de futuros da BM&F. Este valor é trazido a valor presente de acordo com a projeção do CDI segundo a curva de DI futuro da BM&F.

No cálculo do *SWAP aplica-se o valor justo na* data de vencimento de acordo com a curva de futuros da BM&F. Este valor é trazido a valor presente de acordo com a projeção do CDI segundo a curva de DI futuro da BM&F.

## **22 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as coberturas de seguros são as seguintes:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Garantia de performance	207.499	207.499
Responsabilidade Civil Obras	223.196	-
Riscos de Engenharia	4.909.816	-

## **23 Compromissos assumidos**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui compromissos assumidos de compras futuras impactando suas informações financeiras, conforme o quadro a seguir:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>	
<b>Ativo</b>			
<b>Imobilizado/Intangível</b>			
Obras em andamento (*)	81.540	35.823	Gastos com desenvolvimento de projetos (consultoria, assessoria financeira e jurídica, estudos e pareceres ambientais).
<b>Total ativo</b>	<b>81.540</b>	<b>35.823</b>	
<b>Resultado</b>			
Despesas Gerais e Administrativas	14.783	6.997	Contrato de agência de viagens, serviço de brigada de emergência e despesas legais.
<b>Total resultado</b>	<b>14.783</b>	<b>6.997</b>	
<b>Total geral</b>	<b>96.323</b>	<b>42.820</b>	

(\*) Existem contratos já assinados, conforme mencionado na nota 1, que estão vigentes, porém se encontram em renegociação de algumas cláusulas comerciais e possuem condições precedentes para que ocorram obrigações entre as partes e por isso, não são apresentados nesta nota.